

# **A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR/RS - SUPERANDO AS FRONTEIRAS ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL**

MEZOMO, Águeda Marcéi<sup>1</sup>

CALCANHOTO, Flávio<sup>2</sup>

BALDASSO, NELSON ANTONIO<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Geógrafa, Especialista em Gestão Ambiental e Desenvolvimento Urbano – Extensionista da EMATER - Empresa de Assistência e Extensão Rural. Email: [ambienteag@bol.com.br](mailto:ambienteag@bol.com.br), [emevelha@emater.tche.br](mailto:emevelha@emater.tche.br)

<sup>2</sup> Engº Agrônomo, Mestre em Produção Animal e Economia Rural. Extensionista da EMATER - [flavioc@emater.tche.br](mailto:flavioc@emater.tche.br)

<sup>3</sup> Engº Agrônomo, Mestre em Economia Rural. Extensionista da EMATER - [emrolant@emater.tche.br](mailto:emrolant@emater.tche.br)

# **A EXPERIÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE LINDOLFO COLLOR/RS - SUPERANDO AS FRONTEIRAS ENTRE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL**

## **1 INTRODUÇÃO**

A discussão sobre a relação educação-meio ambiente contextualiza-se em um cenário atual de crise nas diferentes dimensões, econômica, política, social-cultural, ética e ambiental (em seu sentido biofísico). Em particular, essa discussão passa pela percepção generalizada, sobre a gravidade da crise ambiental que se manifesta tanto localmente quanto globalmente.

A gravidade da crise ambiental, resultou em mobilizações internacionais e nacionais para buscar soluções. Como forma de superação dessa crise, tem sido apresentado e debatido, em diversos fóruns, formas de desenvolvimento sustentável, que propõe associar desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

Um dos instrumentos apresentados nesses fóruns como meio para se atingir esse tipo de desenvolvimento tem sido a Educação Ambiental (EA), na maioria das vezes, marcada por uma visão idealista de educação, equalizadora de todos os problemas sociais.

Por outro lado a Educação Ambiental é defendida por muitos autores, como não sendo, responsabilidade exclusiva da escola. Ainda mais: sabemos que esta surge na década de 60 a partir de movimentos não governamentais que geram concepções que a seguir serão adotadas e ampliadas em reuniões e declarações de organismos internacionais para só após entrar na escola.

Este trabalho apresenta-se uma experiência em Educação Ambiental, realizada na Região Metropolitana de Porto Alegre, no município de Lindolfo Collor, desenvolvido a partir de metodologias participativas, numa integração de esforços da comunidade e instituições, envolvendo a Educação Formal e Não-Formal, sob um olhar da transversalidade e da interdisciplinariedade.

## **2. CONTEXTUALIZAÇÃO**

A história de um território é uma história de movimentos. É a história do seu espaço e das suas paisagens. Sendo história, envolve ações e articulação no território, de sua relação específica nos lugares, de sua representação na paisagem. É uma história de apropriação e uso.

A região metropolitana de Porto Alegre teve sua história de apropriação e uso, pautada em um processo de urbanização e industrialização acelerada. Esse processo teve conseqüências prejudiciais ao espaço territorial como distribuição geográfica desordenada e irregular de loteamentos e vilas residencial, comercial e industrial, ocasionando degradação dos recursos naturais, poluição/contaminação dos recursos hídricos, do solo e do ar, aumento significativo da população, agricultura e produção de alimentos, outros.

As áreas até então conhecidas como rurais, sofreram conseqüências decorrentes desta forma de apropriação e uso do espaço territorial. Indústrias, fábricas instalaram-se no meio rural, configurando o espaço como rururbano.

As propriedades caracterizam-se como sendo agricultura familiar, não tendo empregados contratados. As famílias em sua maioria possuem água encanada, há recolhimento do lixo (embora não tenha coleta seletiva); em relação a questão ambiental, a preocupação no sentido da ação - ainda são incipientes.

Neste espaço denominado rururbano as indústrias começaram a surgir na década de 60 provocando o surgimento de aglomerações, denominadas vilas. A mão-de-obra até então rural, migrou para a indústria optando para o trabalho assalariado que a indústria oferece.

Neste contexto, as cidades começaram a apresentar problemas de infraestrutura e falta de planejamento adequado para abrigar tanta gente. Como conseqüência a degradação dos recursos naturais, ocupação fundiária irregulares e em áreas de risco, aumento do índice de doenças, violência, inadaptação entre outros. Esses fatos, se assim podemos chamar, passaram a configurar o espaço territorial e a influenciar diretamente a vida das populações.

### **3. UM OLHAR FRENTE A QUESTÃO AMBIENTAL**

A política nacional de Educação Ambiental, em nosso país, parte de marcos estabelecidos em âmbito internacional. Todavia, ela abre espaço para definições

próprias, de caráter nacional, regional e local. O enquadramento pedagógico da educação ambiental para todo o território nacional está inspirado no documento ministerial Parâmetros Curriculares Nacionais, editado após a reforma educacional de 1996 como referencia para a qualidade da formação oferecida pela escola brasileira.

O desvendamento da Educação Ambiental se complica quando nos debruçamos sobre os conceitos, definições, terminologias que lhe dizem respeito de forma mais direta. Meio Ambiente, consciência ecológica e sustentabilidade estão em tramite. Pode-se afirmar, que estas e outras noções, concernentes ao entendimento da questão ambiental, estão em construção.

A maior dificuldade, entretanto, está no passo a ser dado para que todos os indivíduos e todas as sociedades partilhem da discussão e das tarefas que implicam numa desejada saúde do ambiente e sua permanência. E, neste sentido, a tarefa não é das mais fáceis. É preciso considerar que, antes de qualquer significado formal ecossistêmico, o problema ambiental permite que as pessoas o tratem de formas diversas, isto é, que o interpretem dentro de racionalidades próprias, particulares. O tema ambiental comporta uma dispersão infinita de opiniões que, no momento formativo, deve ser re-articulada e, principalmente, refletida.

A estas dificuldades acrescentam-se as formas muitas vezes simplistas com que tem sido concebida e aplicada a Educação Ambiental reduzindo a processos de sensibilização ou percepção ambiental, geralmente orientados pela inserção de conteúdos da área da geografia, biologia, ou reduzidas a atividades pontuais no dia do meio ambiente, do índio, da árvore, ou visitas a parques e reservas. Não queremos negar a importância destas atividades, mas assinalar que elas são necessárias, mas não suficientes, para desenvolver conhecimentos e valores, tais como eles são postulados nos PCNs de Meio Ambiente e de Ética.

A sensibilização é uma etapa inicial da educação ambiental, o entendimento das relações ecológicas e dos conteúdos da geografia, biologia são imprescindíveis para avançar nos processos da educação ambiental, mas não são educação ambiental. A percepção das belezas da natureza ou dos graves problemas ambientais de lixo ou contaminação constitui-se em elemento importante para a compreensão da temática ambiental. Mas quando estas constatações simplesmente ficam na ação de sensibilização não produzem avanços significativos para uma compreensão mais abrangente da sociedade, nem refletem em mudanças de

atitudes e muito menos ajudam a construir uma nova forma de racionalidade ambiental, que consideramos o objetivo final do processo de Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável.

Segundo Noal (2002), para a Educação Ambiental acontecer plenamente, há necessidade de um conjunto de fenômenos que operem paralelamente, sendo necessária a recuperação de valores fundamentais da sociabilidade humana que se alimentam da teoria social, mas a ela transcendem. Nossas atitudes poderão estar ligadas à busca e ao aprofundamento da interpretação e compreensão dos fenômenos através da expansão dos horizontes de pesquisa e da reflexão relacionada aos conhecimentos gerados pela complexidade e pelos campos transversais do universo científico e da cultura contemporânea.

O aumento da demanda pelas questões ambientais, a grande veiculação pela mídia e até mesmo um certo modismo vêm gerando algum ativismo, mas não propiciando ainda um nível de discussão aprofundado sobre Educação Ambiental.

Há, no entanto um reconhecimento, ainda que difuso, em segmentos diversos da sociedade a respeito da gravidade da crise ambiental, bem como uma consciência maior da necessidade de “fazer algo” para a superação do problema. Engendram-se assim na sociedade alguns consensos em torno da questão ambiental.

Na sociedade há diferentes projetos educacionais que provocam visões de mundo, algumas mais conservadoras outras mais críticas. Percebe-se que durante muitos anos as atividades de Educação Ambiental tiveram como enfoque a conscientização. Depois viu-se que a conscientização sozinha não resolve. Além da conscientização é preciso agir e organizar ações na prática, no dia-a-dia. A EA também não pode ser tratada somente na escola ou na comunidade, é necessário que a EA seja tratada dentro e fora da escola.

A EA não pode ser restrita a visão simplista de resgatar o meio ambiente. Podemos dizer que nós precisamos nos cuidar para fazer a separação do lixo, que estão aí contaminando e poluindo, uma higiene que deve ser feita em nossa mente. O meio ambiente não pode ser tratado como algo separado, devemos estar integrados com o meio, pois somos parte dele. Os olhares frente a questão ambiental primeiramente precisam ser locais para depois serem regionais, e assim por diante.

#### **4. O DESAFIO DA TRANSVERSALIDADE E DA INTERDISCIPLINARIEDADE**

O debate sobre o tema EA e Transversalidade vem ganhando cada vez mais espaço na sociedade e em particular no meio educacional brasileiro. As temáticas transversalidade e educação ambiental são propostas atuais que tem se constituído como possíveis caminhos de abertura e renovação do ensino, tanto formal quanto não-formal, em direção a uma inserção mais plena do ato educativo. (Carvalho, 1998).

Desde o início dos anos 80, inúmeros seminários foram promovidos, para debater sobre a inclusão ou não de uma disciplina de EA no ensino fundamental e médio. As discussões buscaram diferenciar da educação tradicional, formando um consenso de que a temática ambiental não era mais um conteúdo a ser somado às disciplinas curriculares tradicionais, mas deveria atravessar todas as áreas do conhecimento. (Carvalho, 2000).

É nessa condição de temática transversal que a EA é recomendada no documento de política do MEC. Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, proposto em 1996 como termo de referência, para as diretrizes curriculares. Propõem indicações de como incorporar a dimensão ambiental na forma de tema transversal e formador de uma visão de mundo, nos currículos do ensino fundamental em todo o país. Ao mesmo tempo, iniciou-se a discussão da inserção da EA nos outros níveis de ensino, dentro da perspectivas da nova Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/66), que mudou a concepção curricular no ensino formal. Por exemplo, no ensino profissionalizante, incluiu-se a previsão da permanente atualização dos currículos pelas próprias instituições de ensino, de modo a adaptá-los aos rápidos avanços do mundo do trabalho.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais nascem da necessidade de se construir uma referência nacional para o ensino fundamental que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, em projetos educativos nas escolas e nas salas de aula. E que possam garantir a todo aluno de qualquer região do país, do interior ou do litoral, de uma grande cidade ou da zona rural, que freqüentam cursos nos períodos diurno ou noturno, que sejam portadores especiais, o direito de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania.

Além de estimular as disciplinas a envolverem-se mais com as questões candentes do mundo real, os PCNs introduzem temas cujos recortes são externos, são sociais. Para a confecção dos Parâmetros em Ação do tema transversal Meio Ambiente foi estabelecido como um dos objetivos principais introduzir formas que visam a incorporação orgânica da questão ambiental no interior da prática disciplinar cotidiana das escolas. O Parâmetro e, ação do tema Meio Ambiente também sugere formas de atuação e participação na própria escola e na comunidade onde ela está territorializada e inserida.

Por tratarem de questões sociais, os temas transversais tem natureza diferente das áreas convencionais. Tratam de processos que estão sendo intensamente vividos pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano. São debatidos em diferentes espaços sociais, em busca de soluções e de alternativas, confrontando posicionamentos diversos tanto em relação à intervenção no âmbito social mais amplo quanto à atuação pessoal.

Para tanto, é necessário redefinir claramente o papel da escola na sociedade brasileira e que objetivos devem ser perseguidos nos oito anos de ensino fundamental. Os parâmetros curriculares nacionais têm, desse modo, a intenção de provocar debates a respeito da função da escola e reflexões sobre o que, quando, como e para que ensinar e aprender, que envolvam não apenas as escolas, mas também, país, governo e sociedade.

O texto da Lei de Política Nacional de EA é categórica ao legislar sobre sua rejeição como disciplina nos ensinos fundamentais e médio, reafirmando seu caráter sistêmico e integrador, deixando aberta a possibilidade para a EA como disciplina específica apenas no ensino superior, em cursos de pós-graduação e extensão, quando for necessário.<sup>2</sup>

A inclusão da perspectiva ambiental (Educação Ambiental) nos currículos “consiste num modo de ver o mundo em que se evidenciam as inter-relações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. Em termos de educação, essa perspectiva contribui para evidenciar a necessidade de

---

2 A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que criou a Política Nacional de Educação Ambiental, define, na seção II, artigo 10, que: “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implementada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

um trabalho vinculado aos princípios da dignidade do ser humano, da participação, da co-responsabilidade, da solidariedade e da equidade.”

O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e que novos temas podem ser incluídos.

As discussões em torno do temática ambiental, passam a ter um enfoque global, com ampla base interdisciplinar. Nesse contexto a EA cria uma perspectiva geral, contemplando a existência de uma profunda interdependência entre o meio natural e o meio artificial. Proporcionado ao indivíduo compreensão da realidade e construindo visão crítica do meio ao qual está inserido.

A escola é considerada como um espaço de transformação da sociedade. Sua participação se concretiza na formação ambiental e ética das novas gerações, na perspectiva da transversalidade, situando-a no contexto das diversas influências que a sociedade exerce sobre o desenvolvimento das crianças.

A escola não deve ser considerada como a única instituição social capaz de educar ambiental e moralmente as novas geração. Ela é um espaço social privilegiado para desenvolver esse processo de formação.

O desenvolvimento de novas atitudes e valores democráticos que viabilizem a participação crítica das pessoas nas decisões políticas e econômicas, tanto em nível local quanto em nível global, pode significar um grande impacto para a transformação da sociedade e das relações desta com a natureza.

A relação da EA com o ensino formal expressa dificuldades de diálogo com o campo educativo como um todo. Isso cria uma lacuna muitas vezes difícil de superar. A proposta de EA permanece a margem da educação formal, sem conseguir integrar os sistemas de ensino através da transversalidade. Lembramos que existem algumas experiências no Brasil que se caracterizam pelo processo da transversalidade, porém não são expressivas em termos de números – em relação as escolas existentes.

No ensino superior a formação de especialistas ambientais se dá principalmente através de cursos de pós-graduação em MA e/ou EA. Nos cursos participam profissionais vindos de diversas áreas, obtendo o status do profissional do campo em uma de suas diversas modalidades.

A proposta da transversalidade pode acarretar algumas discussões do ponto de vista conceitual como, por exemplo, a da sua relação com a concepção de



interdisciplinariedade, bastante difundida no campo da pedagogia. Essa discussão é pertinente e cabe analisar como estão sendo consideradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais as diferenças entre os dois conceitos, bem como suas implicações mútuas.

Ambas – transversalidade e interdisciplinariedade – se fundamentam na crítica de uma concepção de conhecimento que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis, sujeito a um ato de conhecer isenta e distanciado. Ambas apontam a complexidade do real e a necessidade de se considerar a teia de relações entre os seus diferentes e contraditórios aspectos. Mas diferem uma da outra, uma vez que a interdisciplinariedade refere-se a uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento, enquanto a transversalidade diz respeito principalmente à dimensão da didática.

A interdisciplinariedade questiona a segmentação entre os diferentes campos de conhecimento produzido por uma abordagem que não leva em conta a inter-relação e influência entre eles – questiona a visão compartimentada (disciplinas) da realidade sobre a qual a escola, tal como é conhecida, historicamente se constitui.

A transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). É a uma forma de sistematizar esse trabalho e incluí-lo explícita e estruturalmente na organização curricular, garantindo sua continuidade e aprofundamento ao longo da escolaridade.

A transversalidade promove uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, superando a dicotomia entre ambos. Por essa mesma via, a transversalidade abre espaço para a inclusão de saberes extra-escolares, possibilitando a referência a sistemas de significado construídos na realidade dos alunos.

O tema transversal não tem um lugar cativo, fixo, na estrutura curricular, especialmente se lhe atribuirmos uma vocação transdisciplinar. Ele representa o ponto de partida das aprendizagens, passível de ser entendido como *eixo de vivência escolar*. Sua virtualidade, com certeza, inspira um desenho absolutamente novo e dinâmico para o currículo escolar no futuro, dentro de um conceito de globalidade.

O tema transversal pode incrementar, enriquecer a função docente, pois traz a tona o desconhecido, o imprevisível e o crítico. Ou seja, por um lado, ele comporta perguntas e respostas que não sofrem a censura das fronteiras disciplinares. Além disso, as questões não se esgotam. Por outro lado, o tema transversal submete a juízo (julgamento ético) tudo o que possa representar expressão da ação humana. Aliás, este caráter atitudinal foi o primeiro alvo da proposta do tema transversal.

Na prática pedagógica, interdisciplinariedade e transversalidade alimentam-se mutuamente, pois o tratamento das questões trazidas pelos temas transversais expõe as inter-relações entre os objetos de conhecimento, de forma que não é possível fazer um trabalho pautado na transversalidade tomando-se uma perspectiva disciplinar rígida.

Em face do exposto, o tema transversal se apresenta como instrumento de uma cultura sob tensão contínua. Seu espaço tem um sentido de viveiro de conceitos além de ser considerado como uma sementeira para projeção de práticas sociais.

É importante considerar que, embora o espaço do tema transversal invada o espaço das disciplinas, por ora ela não as substitui. Isto quer dizer, repetimos, que a Educação Ambiental não se equipara a qualquer disciplina ou a mais de uma, mas também, ela não existe independentemente de uma sustentação disciplinar. Antes, e nos termos oficiais atuais, os temas transversais são amplos o bastante para traduzir as preocupações da sociedade brasileira de hoje, são urgentes e estão presentes sob várias formas na vida cotidiana. Ainda e, sobretudo, servem ao debate, à crítica, ao posicionamento, ao engajamento, à prática, enfim, de ações ambientalmente corretas.

Considerando o que há de comum no conjunto das posições sobre a questão ambiental no âmbito social, encontraremos inúmeras demonstrações da transversalidade já existente no interior das disciplinas. O reconhecimento da existência de uma transversalidade, no sentido em que o tema já está presente nas disciplinas, não dispensa a necessidade de reafirmar que a decisão por uma escolha externa, em vista da grande relevância social do tema. E isso só vai reforçar os elos entre a expressão externa e interna do tema transversal, pois unir a idéia de relevância com o que os professores já fazem valoriza o saber escolar e o incentiva mais ainda para ficar atento às grandes questões sociais.

A transversalidade, de um modo geral, diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade). E isso é exatamente o que está sendo feito ao trazer a questão ambiental em sua íntegra e chamando e valorizando a necessidade de estabelecer relações com as disciplinas e também, destacando a necessidade de aplicação desses conhecimentos no entorno escolar. Ninguém olha com os mesmos olhos seu ambiente após o envolvimento com essa questão.

A idéia da transversalidade como o traço distintivo da EA implica a difícil tarefa de afirmar a especificidade desde uma perspectiva generalista e interdisciplinar. Ao diferenciar-se da educação tradicional e apresentar-se como um saber transversal, a EA inova mas também arca com as dificuldades de sua assimilação pela educação formal, estruturada disciplinarmente. Como consequência, resulta que, a despeito do interesse que parece despertar nas escolas e professores, toda atividade de EA no ensino fundamental tense dado através de projetos pontuais e extracurriculares, por iniciativas de professores e/ou das direções de cada escola, caracterizando uma dinâmica voluntarista e periférica ao sistema escolar. Como demonstrou recentemente um levantamento em nível nacional realizado pela Coordenadoria de Educação Ambiental do MEC (2000), as atividades de EA realizadas nas escolas públicas se dão através de projetos pontuais, voltados para um contexto extracurricular. (Carvalho, 2002: 164,165)

Para a EA acontecer plenamente, há necessidade de um conjunto de fenômenos que operem paralelamente, sendo necessária a recuperação de valores fundamentais, da sociabilidade humana, que se alimentam da teoria social, mas a ela transcendem. A liberdade, a tolerância, a solidariedade, a sabedoria, que, interligados, desembocam na ética como conduta, na crítica social como compromisso e na criatividade como ação, sendo esta representada pelas idéias relacionadas ao conhecimento transversal e ao pensamento de fronteira que, para Heidegger; não é o ponto onde algo termina, mas sim a partir do qual começa se fazer presente.

O exercício da interdisciplinariedade ainda é muito abstrato e superficial. Não é um problema eminentemente brasileiro, faz parte de um contexto de adaptações da academia e dos sujeitos da ciência em relação aos desafios

gerados pelos novos conhecimentos. Guattari considera que a vida científica internacional, fica, freqüentemente, presa a rituais formais, o que ele chama de uma interdisciplinariedade de fachada (1992). É um fenômeno maior, um problema relacionado a cultura, não somente a cultura acadêmica, mas a cultura de modo geral, como foi definida anteriormente.

As oportunidades oferecidas ao sistema escolar brasileiro para se apropriar da temática da Educação Ambiental tem ocorrido com freqüência e intensidade e testemunha-se uma resposta docente incontestavelmente positiva neste sentido. No entanto, a despeito da visível adesão ideológica, dificuldades concretas se interpõem no cotidiano da vivência escolar que quer se comprometer com a transposição metodológica que os temas transversais exigem.

Em nossa realidade, e, em cada circunstância particular de nossas escolas, com certeza, cabem graus e detalhes mais característicos de barreiras já encontradas nos incipientes exercícios transversais ensaiados. Aliás, é a partir da discussão objetiva de tais dificuldades singulares que cada escola deve encontrar a sua estratégia. O que se pode sugerir, de modo cautelar, é que se faça tudo em caráter experimental. Que se permita uma liderança móvel e dinâmica flexíveis de curto, médio e longo prazo. Que se instaure na escola uma “memória ambiental” de largo acesso que sirva de fonte de inspiração docente.

Por fim, é importante lembrar que a instalação da transversalidade promove conflitos. Isto é inevitável, pois as escolas atuam sobre estruturas sociais cristalizadas, denotativas de impotência frente as exigências de inovação. Mas os conflitos, acredita-se, resolvem-se pela participação e adesão cooperativa docente. Daí esperar que professores e professoras, em clima de real solidariedade, criem as soluções mais responsáveis no sentido de valorizar o seu trabalho de educadores. E o caminho das possíveis soluções, repitamos, é privativo de cada comunidade escolar.

A Educação Ambiental, quando tratada como tema transversal, circula pelo currículo, abre portas e janelas das disciplinas, proporcionando espaço e ângulo para uma visão da realidade tomada em toda a sua espontaneidade (totalidade), em todo o seu potencial de decodificação (análise integral) além de melhor corresponder em termos de relevância social.

## **5.ENFRENTANDO OS DESAFIOS DA TRANSVERSALIDADE: Estudos de Caso**

Nos dias atuais percebe-se que muitas experiências em Educação Ambiental não conseguem superar a dicotomia do ensino formal e não-formal. As atividades são geralmente desenvolvidas com alunos e professores (escolares), não ultrapassam as fronteiras da escola, e não há continuidade nos projetos até desencadear resultados pautáveis.

Por outro lado acontecem experiências em Educação Ambiental que conseguem superar essa dicotomia, o ambiente formal (escolas) integrado ao ambiente não-formal (comunidade). Nas quais à possibilidade de se compreender o ambiente como um todo, analisando e interagindo sob todos os aspectos que compõem o meio que habitamos.

Nesta ótica relatamos algumas experiências de como a EA pode ser um instrumento eficaz de desenvolvimento local integrado, uma vez que os problemas ambientais são comuns e afetam toda a comunidade, incluindo a escola, mas não se restringindo a ela.

### **5.1 Educação Ambiental e Extensão Rural no RS**

A Educação Ambiental no meio rural vem sendo trabalhada por profissionais da extensão rural, compondo um conjunto de atividades que visam o desenvolvimento social. As ações realizadas abrangem práticas e projetos de desenvolvimento que buscam atender as demandas no meio rural, através de visão holística e sistêmica. Impulsionados pelas atividades de extensão em resposta às novas demandas geradas pela transição ambiental do meio rural.<sup>3</sup>

Segundo Carvalho, 2001, este processo de mudanças no mundo rural, que tende a gerar novas práticas sociais e culturais em que se verifica a assimilação de um ideário de valores ambientais, pode ser observado, por exemplo, no crescente interesse pela produção agroecológica, na busca por medicinas alternativas e fitoterápicos, no turismo rural e no ecoturismo. Práticas estas que estão muitas

---

3 A noção de transição ambiental aqui proposta compartilha com o conceito de transição agroecológica tal como proposto por Caporal e Costabeber (2000) e Costabeber e Moyano (2000), enquanto processo multidimensional de mudança social orientado à ecologização das práticas agrícolas no manejo dos agroecossistemas. Diferencia-se desse apenas no sentido de destacar a expansão da assimilação de um ideário ambientalizado também para um conjunto de práticas sociais e culturais no mundo rural não necessariamente agrícolas.

vezes associadas a ações de EA, tanto na sua difusão como na valorização da paisagem socioambiental no campo.

Na extensão rural, a EA popular parece ser uma das mediações educativas afinadas ao espírito de uma extensão rural agroecológica tomada como “um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de intervenção-ação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os leve a incidir conscientemente sobre a realidade” (Caporal e Costabeber, 2000:33). A afinidade da EA popular com o marco da nova extensão rural remete à vocação de uma EA que pretende promover mudanças nos níveis mais profundos das relações sócio-ambientais. Neste caso trata-se de uma escolha pedagógica e não de uma vertente auto-evidente. (Carvalho, 2000:49)

A EA popular age dentro de um universo onde a Educação é uma prática de formação de sujeitos e produção de valores, comprometida com um ideário emancipatório e, ao enfatizar a dimensão ambiental, amplia a esfera pública, incluindo nesta o debate sobre o acesso e as decisões relativas aos recursos ambientais. Nesta perspectiva, o educador ambiental é, sobretudo, um mediador da compreensão das relações que os grupos, com os quais ele trabalha, estabelecem com o meio ambiente. Atua assim, como um intérprete dessas relações, um coordenador das ações grupais ou individuais que geram novas experiências e aprendizagem. (Carvalho, 2000:49 )

Nesta perspectiva junto às comunidades estão sendo construídas propostas de atividades em Educação Ambiental através da percepção que estas possuem do local que habitam, analisando o espaço geográfico, possibilitando avaliar os aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais.

As atividades em Educação Ambiental foram desenvolvidas através do DRPS- Diagnóstico Rápido Participativo Sustentável, ferramenta que permite visualizar várias características do espaço a ser trabalhado, bem como estimular os grupos a perceberem as relações socioambientais que constituem o meio em que vivem. (EMATER, 1999)

Na perspectiva de construir um olhar frente a história das possíveis relações do homem com a natureza e dos homens entre si, surgem vários debates sobre

meio ambiente, com a participação intensa da sociedade civil, dos movimentos sociais e das organizações governamentais e não-governamentais.

A questão Ambiental na região Metropolitana de Porto Alegre, passa a permear as discussões. Numa integração de esforços conjuntos, junto a alunos, professores, agentes de saúde, conselhos, associações, grupos organizados, técnicos, entidades como EMATER, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeituras Municipais e demais entidades, o município de Lindolfo Collor trata a temática envolvendo a comunidade.

As atividades desenvolvidas no município tem como propósito: quando pensamos em meio ambiente, devemos considerar as complexas relações de interdependência entre os diversos elementos da natureza, nos quais o homem se situa; que o homem é capaz de conhecer e transformar a natureza, atribuindo-lhe significados e valores que se modificam ao longo do tempo; que o homem não se relaciona com a natureza, apenas como indivíduo, mas principalmente por meio do trabalho e de outras práticas sociais, e que, portanto, tal relação tem dimensões econômicas, políticas e éticas. Por isso, discutir acerca do meio ambiente significa tratar questões bastante complexas, como agricultura, indústria, pobreza e desenvolvimento.

Nesta ótica se fez a leitura do espaço territorial, analisando os aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais de cada município. Após a leitura da paisagem se construiu o mapa do município sob o olhar das pessoas. Foram agrupadas as regiões homogêneas, de acordo com suas características peculiares. (Anexo 1 – mapa com regiões homogêneas)

O diagnóstico demonstrou que vários são os problemas ambientais locais que nos cercam. Entre eles – o lixo, esgoto a céu aberto e clandestino, ocupação desordenada do espaço territorial, áreas de risco, presença de roedores, borrachudo, poluição dos cursos d'água, desmatamento, queimadas, assoreamento, poluição atmosférica.

Diante do diagnóstico e com a convicção de que um novo olhar é preciso foi composto um grupo de pessoas para repensar as atividades a serem desenvolvidas no município, com enfoque na preservação do meio ambiente.

O grupo definiu que as ações seriam práticas e contínuas, visualizando que somente a conscientização não basta, é preciso uma mudança de paradigmas e teriam o envolvimento da comunidade.

Em Lindolfo Collor os projetos e programas resultantes em 2001 e 2002 foram:

Arborização de vias públicas, com árvores nativas, existentes na região.

Poda de árvores frutíferas com orientação,

Horta escolar e caseira, com produção voltada a agroecologia,

Implantação da usina de reciclagem de lixo domiciliar,

Programa de controle, combate e prevenção de roedores e do simuliídeo,

Fiscalização Ambiental,

Planejamento e fiscalização de construções e loteamentos,

Campanhas visando além da conscientização o enfoque da mudança na mente das pessoas frente a preservação ambiental.

## **5.2 Enfoque Participativo**

Esse processo de planejamento participativo necessitará do envolvimento, cada vez maior, dos diferentes atores, no qual cada um possa exercer o seu papel. O modelo de gestão centralizado, comandado por um pequeno grupo que analisa, toma decisões e age, tem se mostrado equivocado em termos da consolidação dessas organizações. Estas presidem do envolvimento e cumplicidade dos seus associados e de um trabalho em equipe, da troca de idéias e da capacidade implementadora, pelo simples fato de que um grupo pensa melhor que indivíduos isoladamente, desde que devidamente orientados e capacitados. (Cordioli, 2001:19)

Assim, através do enfoque participativo, disponibiliza-se de técnicas e instrumentos apropriados para mobilizar esse potencial, com o apoio de um moderador, da visualização móvel, da problematização, do trabalho em pequenos grupos, das sessões em plenária, da documentação e da avaliação progressiva, entre outros. (Ribeiro, 1998)

O enfoque participativo não é um método pronto, que a simples aplicação, irá resultar em participação, envolvimento e responsabilização. Na verdade, é muito mais uma ênfase na revisão e adequação dos comportamentos individuais e coletivos, os quais devem estar abertos e constantes modificações, principalmente qualitativas.

Nesta perspectiva os programas de Educação Ambiental no contexto da extensão rural tem sido baseados em metodologias participativas. O processo



descrito foi adotado pelo Escritório Regional da Emater/Porto Alegre para identificar demandas comunitárias nos aspectos ambientais, econômicos e sociais. A metodologia implementada abrange a região de Porto Alegre e tem como propósito elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento Rural.

O método objetiva a efetiva participação da população, e entidades municipais e regionais, ligadas ao meio rural, para de forma coletiva construir o Plano Estratégico Regional de Desenvolvimento Rural, Plano Municipal de Desenvolvimento Rural e Plano Operativo Municipal da Emater/RS.

No decorrer do processo realizaram-se reuniões entre extensionistas e parcerias compondo grupos de apoio, definindo estratégias para o planejamento Municipal e Regional. Foram realizadas reuniões com Conselhos Municipais para apresentação da proposta de planejamento: leitura da paisagem (anexo I); itinerário de desenvolvimento (anexo II); levantamento de necessidades. Constituição de grupo de coordenação para os próximos passos. Encontro com as comunidades explicando o processo de planejamento, avaliação dos trabalhos desenvolvidos, levantamento das demandas locais, escolha de representantes para composição do fórum municipal.

Constituição de fóruns envolvendo Conselhos Municipais representantes das comunidades, entidades públicas e privadas, para realização de leitura da paisagem Municipal; observando aspectos econômicos (sistemas de cultivo e criações), aspectos sociais (infra-estrutura das propriedades e comunidades), aspectos ambientais (relevo, hidrografia, solo, belezas naturais, agentes poluidores, áreas degradadas, ocupação territorial).

O produto final foi o mapa do município, construído pela comunidade, dividido em microrregiões semelhantes (anexo III).

Elaboração do itinerário de desenvolvimento, identificando fatos históricos, etnias, culturas locais e diferenciação social. Identificação de prioridades municipais: demandas econômicas, ambientais e sociais.

Escolha de representantes de instituições e de agricultores para participar do Fórum Regional. Realização de reunião para Fórum Regional com representantes dos fóruns municipais, escritórios da Emater, entidades públicas e privadas, para apresentação da leitura da paisagem e itinerário de desenvolvimento compondo elementos do cenário regional.

Através da missão, visão e valores da região elaboraram-se os objetivos e estratégias para demandas regionais, compondo o plano estratégico regional.

Realizou-se o segundo fórum municipal para analisar o plano estratégico regional e elaborar o PMDR. Reunião com comunidades para elaboração do plano de ação tendo como base o PMDR. Construção de plano coletivo de trabalho para concretizar as demandas priorizadas nos aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais.

As atividades de EA são desenvolvidas, numa integração de esforços conjuntos, junto a escolares, professores, agentes de saúde, conselhos, associações, grupos de mulheres e jovens, e outros. São realizadas ações de sensibilização e orientação em Educação Ambiental, tais como: conservação do solo agrícola, reflorestamento da mata ciliar (urbana e rural), arborização de vias públicas, proteção dos mananciais, adequada proteção de fontes, abastecedor comunitário, ações em agroecologia, planejamento para construção de açudes e estradas, limpeza de arroios, riachos, rios e espaços públicos, orientação na separação, coleta e destino final do lixo (reciclagem, compostagem, aterro, reaproveitamento), destino adequado das águas servidas, cultivo, colheita, secagem e armazenagem de plantas medicinais.

Através desta e de outras experiências, é possível realizar ações em Educação Ambiental, através de metodologia participativa a partir da organização e interação da população com o ambiente local e regional, colaborando na construção de propostas e ações de Desenvolvimento Sustentável.

O uso desses instrumentos e técnicas como apoio para o desenvolvimento de um eficiente trabalho participativo, na tomada de decisões e orientação das ações conjuntas, no desenvolvimento mais consistente e transparente da sociedade, só será possível na medida em que as pessoas se tornarem mais conscientes e comprometidas.

Segundo o depoimento dos participantes a experiência relatada atingiu seus objetivos, segundo eles, tiveram a oportunidade de construir e repensar seus conhecimentos, percebendo uma nova visão às questões ambientais, na qual o ambiente é pensado como um todo, envolvendo a escola (professores e alunos) e a comunidade.

## **6. CONCLUSÃO**

Através desta e de outras experiências, conclui-se que é possível realizar ações em Educação Ambiental, através de metodologia participativa a partir da organização e interação da população com o ambiente local e regional, colaborando na construção de propostas e ações de Desenvolvimento Sustentável.

O uso desses instrumentos e técnicas como apoio para o desenvolvimento de um eficiente trabalho participativo, na tomada de decisões e orientação das ações conjuntas, no desenvolvimento mais consistente e transparente da sociedade, só será possível na medida em que as pessoas se tornarem mais conscientes e comprometidas.

Segundo o depoimento dos participantes a experiência relatada atingiu seus objetivos, segundo eles, tiveram a oportunidade de construir e repensar seus conhecimentos, percebendo uma nova visão às questões ambientais, na qual o ambiente é pensado como um todo, envolvendo a escola (professores e alunos) e a comunidade.

Em suma, é necessário democratizar essa idéia de educação ambiental, levando em conta os interesses das comunidades locais. E trabalhar os problemas ambientais de ordem local, primeiramente, para depois estender e o regional e ao global. Devemos levar também que os direitos dos não humanos também devem ser levados em consideração, para que quer fazer educação ambiental.

Concluindo esta escrita, mas não encerrando a discussão, é necessário ultrapassar as fronteiras da escola, o ambiente formal(escolas) deve estar integrado, fazer parte do ambiente não-formal (comunidade). Possibilitando a compreensão do ambiente como um todo, analisando e interagindo sob todos os aspectos que compõem o meio que habitamos.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“ Não sou religioso. Acredito na espécie humana. A espécie humana é muito recente e muito frágil e pode desaparecer. Deveria ser egoísta no sentido de se autoprotger. A proteção do meio ambiente, essa deveria ser a religião do planeta”.*

*(Depoimento de Sebastião Salgado a Roberto D'Ávila, no programa Conexão, TVE, 4/2/1998 - apud Carvalho, 2001: 71)*

Concluindo esta escrita, mas não encerrando esta discussão, enfatizamos que o fator mais importante que contribui para a especificidade da Educação Ambiental, é sua ênfase em tentar superar a dicotomia entre o ensino formal e não-formal. Que a transversalidade e a interdisciplinariedade, passem a permear as teias de relações das pessoas, passando a colaborar de forma integradora tanto na educação formal, quanto na educação não-formal.

Desde o surgimento da Educação Ambiental até hoje, a participação da EA é destacada em vários documentos e sob diferentes enfoques com um aspecto importantes seja no campo formal, ou não formal. É indicada como um instrumento apropriado para construção de propostas, que visem um desenvolvimento local e integrado.

É preciso achar o caminho para se trabalhar questões como transversalidade e interdisciplinariedade em Educação Ambiental.

Será este um novo desafio?

Necessita-se de uma mudança fundamental na maneira como pensamos acerca de nós mesmos, de nosso meio, de nossa sociedade e nosso futuro; uma mudança básica nos valores e crenças que orientam nosso pensamento e nossas ações, uma mudança que nos permita adquirir uma percepção integral do mundo e uma postura ética, responsável e solidária.

Existe uma nova consciência de que o nosso destino está atrelado ao do nosso planeta e ao de todos os seres que nele habitam. Também é perceptível que a dissociação entre cultura e natureza foi tremendamente nefasta e que devemos retomar a visão dos nossos ancestrais, da unidade entre o ser humano e o meio

ambiente, com o qual formamos um sistema único e indivisível, destinado a viver em harmonia ou a sucumbir.

Acreditamos que a nova percepção do ser humano de seu lugar no mundo e da relação que pode e deve estabelecer com o meio ambiente, é pré-requisito para a mudança que se faz necessária no modelo de desenvolvimento. Porque diz respeito, a novos valores éticos e a novos referenciais de convivência social.

A Educação Ambiental precisa entrar na rede de tecidos que se entrelaçam, fazer parte de nossas vidas e das vidas das comunidades onde convivemos. É necessário portanto, refletirmos sobre nossas ações diárias, nossa intervenção como pessoas e profissionais desde nossas instituições - espaços sociais de pertencimento. É preciso percebermos que os problemas ambientais são inter-fronteiriços, ultrapassam a cartografia.

É preciso que os olhares permitam compreender a Educação Ambiental como espaço de transformação político mais diferenciado, cada movimento possui expressão cultural. A cultura e a diversidade são como teia de aranha, que vem de dentro da gente.

Os textos descritos, devem ser considerados como expressão de um pensamento em construção, passível de inúmeros desdobramentos. O momento é de reflexões e ações da cada pessoa e grupo disposto a enfrentar os desafios que permeiam nossa vida e que tem “ colocado os sentimentos, emoções e a celebração da vida e sua beleza em lugar marginal. De algum modo, tenho sentido que o prazer das cores do arco-íris em sua infinita variedade e combinações tem um saudável e equilibrante poder” (Kuitenbrouwer, 1993:298).

## **ANEXOS**

### **Anexo I**

Leitura de Paisagem - é uma ferramenta do Diagnóstico Rural Participativo (DRP) que possibilita a observação da heterogeneidade sócio-econômica-ambiental, separando e descrevendo sub-regiões nas quais determinado espaço se diferencia. O objetivo desta atividade, foi, entre outras, a formação de uma visão comum, das pessoas que fazem parte do Fórum Municipal, em relação ao município, para dessa forma terem condições de sugerir e formular políticas públicas que atendam as reais necessidades de cada região homogênea.

A metodologia utilizada para construção da Leitura da Paisagem Municipal foi a seguinte: Resgate dos dados secundários do município( estudos da FEE e IBGE, estudo da situação) pela equipe de coordenação (extensionistas da Emater local e parceiros de entidades); Formação de equipes multidisciplinares que percorrem todas as localidades do município – cada equipe recebe um mapa geopolítico do município, com a definição dos roteiros gerais a serem seguidos, para que garantissem a visualização total do município e seus limites. Saída a campo das equipes multidisciplinares para percorrem determinada área do município, anotando particularidades sociais, ambientais e econômicas que diferenciassem as áreas dentro do espaço municipal.

No retorno das equipes foi realizada uma sistematização das observações, pelo grupo de cada veículo, através da tabulação das observações respeitando os aspectos sociais, ambientais e econômicos, e apresentando em plenária. Debate em plenária buscando um consenso, para divisão do município em microrregiões. Descrição desta microrregião e confecção dos mapas municipais com estas divisões.

A unificação das Leituras de Paisagem Municipal constituíram a Leitura da Paisagem Regional, entendendo região do OP/Corede (mapa anexo). A Leitura da Paisagem Regional é uma ferramenta que está sendo utilizada nos trabalhos dos Fóruns Regionais de Desenvolvimento Rural, nos OP/Coredes e demais estruturas regionais, sendo útil na compreensão da região e no entendimento de suas diferenças e semelhanças para construção de políticas públicas.

## **Anexo II**

Itinerário de Desenvolvimento – processo que consiste em conhecer e resgatar a história das comunidades através de entrevistas com moradores; e levantamento de necessidades nos aspectos ambientais, econômicos e sociais. Esta ferramenta foi desenvolvida através de entrevistas.

Elaboração do itinerário de desenvolvimento municipal: através de entrevistas junto a população do meio rural, identificou-se os fatos históricos como crises, reações as crises, problemas comuns(1) , conhecer o processo de colonização, as etnias, período, cultura local, problemas comuns, visualização do processo de diferenciação social.